



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.568-D, DE 2013 **(Da Sra. Keiko Ota)**

Ofício nº 1.347/2016 - SF

EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 5568-A, DE 2013, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores."; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação das Emendas do Senado de nºs 1 e 2, e pela rejeição da de nº 3 (relator: DEP. HUGO LEAL); e tendo parecer proferido em plenário da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa da Emenda do Senado de nº 1; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da de nº 2, com subemenda de redação; pela inconstitucionalidade e injuridicidade da de nº 3 ; e, no mérito, pela aprovação da Emenda do Senado de nº 2 do Senado Federal, e pela rejeição das de nºs 1 e 3 (relator: DEP. JÚLIO DELGADO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
VIAÇÃO E TRANSPORTES; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

SUMÁRIO

I - Autógrafos do PL 5568-C/2013, aprovado na Câmara dos Deputados em 23/09/2015

II - Na Mesa Diretora:

- Emenda do Senado Federal

III - Na Comissão de Viação e Transportes:

- Parecer do relator

- Parecer da Comissão

IV - Parecer proferido em Plenário pelo relator designado da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

**AUTÓGRAFOS DO PL 5568-A/2013, APROVADO NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 23/09/2015**

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Art. 2º O art. 291 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 291.

.....

§ 3º Nos casos previstos no § 2º do art. 302, no § 2º do art. 303 e nos §§ 1º e 2º do art. 308, aplica-se a substituição prevista no inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, atendidas as demais condições previstas nos incisos II e III.

§ 4º O juiz fixará a pena-base segundo as diretrizes previstas no art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, dando especial atenção à culpabilidade do agente e às circunstâncias e consequências do crime.”(NR)

Art. 3º O § 2º do art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 302.

.....

§ 2º Se o agente conduz veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas - reclusão, de quatro a oito anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.”(NR)

Art. 4º O art. 303 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 303.

§ 1º

§ 2º A pena privativa de liberdade é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo, se o agente conduz o veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, e se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.”(NR)

Art. 5º O *caput* do art. 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada:

.....”(NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de setembro de 2015.

EDUARDO CUNHA
Presidente

EMENDAS DO SENADO FEDERAL

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2015 (nº 5.568, de 2013, na Casa de origem) que “Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores”.

Emenda nº 1

(Corresponde à Emenda nº 3 – CCJ, de redação)

Suprima-se a expressão “no § 2º do art. 302,” constante do § 3º do art. 291 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), nos termos do art. 2º do Projeto.

Emenda nº 2

(Corresponde à Subemenda nº 1 – CCJ à Emenda nº 1 – CCJ)

Dê-se ao § 3º do art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), nos termos do art. 3º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 302.

.....
§ 3º Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas – reclusão, de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.” (NR)

Emenda nº 3

(Corresponde à Emenda nº 2 – CCJ)

Inclua-se no Projeto o seguinte art. 6º, renumerando-se o atual art. 6º como art. 7º:

“Art. 6º O art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 306. Conduzir veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

Penas – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, multa e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 1º A verificação do disposto no **caput** poderá ser obtida por meio de teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova.

§ 2º Qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar sujeita o condutor às penalidades previstas no **caput**.

§ 3º O Contran disciplinará as margens de tolerância quando a infração for apurada por meio de aparelho de medição, observada a legislação metrológica. (NR)”

Senado Federal, em 29 de novembro de 2016.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe pretende acrescentar dispositivos aos arts. 291, 302 e 303 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, de forma a aumentar as penas para quem causa lesão ou comete homicídio no trânsito estando sob influência de álcool ou de outras drogas psicoativas e estabelecer regras para substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos nos casos de acidentes de trânsito.

Após tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 5.568/2013 foi encaminhado para o Senado Federal, onde foi designado relator o nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira. Ao texto aprovado na Câmara foram apresentadas 3 (três) emendas:

A – Emenda nº 1 - suprime a expressão “§ 2º no § 2º do art. 302” constante no § 3º do art. 291, fundamentando-se no fato de que aquele dispositivo foi revogado pela Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016;

B – Emenda nº 2 - renumera o § 2º do art. 302, para § 3º, considerando que a Lei Complementar nº 95, de 1998, veda o reaproveitamento de número de dispositivo revogado (art. 12, inc. III, “c”), aumenta a pena inicial de quatro para cinco anos e retira a expressão “capacidade psicomotora alterada”;

C – Emenda nº 3 – inclui alteração no art. 306 do CTB para retirar a expressão “capacidade psicomotora alterada” e estabelecer que “qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou de ar alveolar sujeita o condutor às penalidades previstas no caput” (do art. 306).

Cabe a este órgão técnico a análise apenas quanto às emendas trazidas ao texto pelo Senado Federal.

Após a análise desta Comissão de Viação e Transportes (CVT), a matéria deverá ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que fará a análise quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A presente proposição está sujeita à análise do Plenário. Regime de tramitação: urgência.

É o nosso relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A legislação de trânsito referente aos crimes de trânsito tem avançado consideravelmente desde que o CTB entrou em vigor, mas a impressão que se tem é que ainda falta algo a ser feito. A sensação de impunidade é tema recorrente na sociedade brasileira. Nesse sentido, a aprovação do presente Projeto de Lei no Plenário da Câmara e no Senado demonstra que o Congresso Nacional está preocupado em trazer soluções à questão do homicídio e lesão de trânsito causado por condutor que seja sob influência de álcool ou de outras drogas.

Passamos à análise das emendas aprovadas pelo Senado Federal:

Acatamos a Emenda nº 1, tendo em vista que o § 2º do art. 302 do CTB foi revogado pela Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, sendo necessário adequar o Projeto de Lei ao texto atual do CTB. A referência a dispositivo revogado pode gerar dificuldades na aplicação da norma.

Acatamos a Emenda nº 2, a qual, em essência, aumenta a pena mínima, no caso de homicídio culposo cometido por quem está sob influência de álcool ou de outra substância psicoativa, de 4 (quatro) para 5 (cinco) anos, equiparando-se à pena mínima estabelecida para o crime do art. 308 (popular “racha”) que resulta em morte, o que nos parece razoável, em razão da similaridade entre o risco demonstrado pela prática desses atos criminosos.

Todavia, rejeitamos a Emenda nº 3, tendo em vista que a nova redação trazida ao art. 306 torna crime dirigir veículo automotor com qualquer teor de álcool no sangue. Tal medida não é adequada, considerando que iguala a conduta do crime previsto nesse artigo à infração administrativa, contrariando o princípio da subsidiariedade do Direito Penal, segundo o qual sua aplicação “só se justifica quando fracassam as demais formas protetoras do bem jurídico previstas em outros ramos do Direito”¹. Apesar de concordarmos que álcool e direção não combinam e colocam em risco a segurança das pessoas, não podemos ignorar que a sanção penal deve ser a última “**ratio**”, o último recurso.

Assim, consideramos estar de acordo com os princípios constitucionais, em especial os da razoabilidade e da proporcionalidade, bem

¹ Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/293113/principio-da-subsidiariedade>>. Acesso em 09 dez. 2016.

como os contidos no CTB, a permanência da diferenciação entre a infração administrativa do art. 165 do CTB, que estabelece a tolerância “zero” para a combinação “álcool e direção”, e a infração penal do art. 306, que estabelece o índice de 6 dg (decigramas) de álcool por litro de sangue para enquadramento do condutor nesse dispositivo.

É importante lembrar que a sanção administrativa aplicada ao condutor que estiver com índice inferior a 6 dg implica em multa de R\$ 2.934,70 (dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta centavos) e 12 (doze) meses de suspensão do direito de dirigir; se reincidir no prazo de doze meses, a multa vai a R\$ 5.869,40 (cinco mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), tendo como consequência a cassação da habilitação, segundo a qual, para o infrator voltar a dirigir terá que aguardar dois anos e recomeçar todo o processo de habilitação, conforme dispõe o art. 263 do CTB.

Diante do exposto, somos pela **APROVAÇÃO** quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº **5.568-B**, de 2013, e das **Emenda nº 1 e nº 2** e **REJEIÇÃO** da **Emenda nº 3** do Senado Federal.

Sala da Comissão, em 19 de dezembro de 2016.

Deputado HUGO LEAL
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.568/2013 e pela rejeição da Emenda nº 3 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.568/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Hugo Leal.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Marinha Raupp e Diego Andrade - Vice-Presidentes, Alexandre Valle, Christiane de Souza Yared, Hélio Leite, Hugo Leal, Jaime Martins, João Derly, João Rodrigues, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Leônidas Cristino, Magda Mofatto, Marcio Alvino, Mauro Lopes, Mauro Mariani, Milton Monti, Nelson Marquezelli, Roberto Britto, Roberto Sales, Ronaldo Carletto, Ronaldo Lessa, Vanderlei Macris, Vicentinho Júnior, Wilson Beserra, Arnaldo Faria de Sá, Arolde de Oliveira, Benjamin Maranhão, Carlos Henrique Gaguim, Danrlei de Deus Hinterholz, De Jorge Patrício, Delegado Edson Moreira, Deley, João Paulo Papa, Jones Martins, Jose Stédile, Leonardo Monteiro,

Lucio Mosquini, Marcelo Delaroli, Miguel Lombardi, Osmar Bertoldi, Raquel Muniz e Simão Sessim.

Sala da Comissão, em 17 de maio de 2017.

Deputado MAURO LOPES
Presidente em Exercício

Parecer proferido em Plenário,
no, em 05/12/2017, às 18:18h



Wagner

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 5.568-B, 2013

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Autora: Deputada Keiko Ota

Relator: Deputado ~~Capitão Augusto~~

Silvio Delgado

I - RELATÓRIO

A presente proposição de autoria da ilustre Deputada Keiko Ota - que altera o Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores - após já ter sido aprovada por esta Casa Legislativa, retorna agora para exame das três emendas ao texto aprovadas pelo Senado Federal.

A Emenda de nº 01 suprime a expressão "§ 2º no § 2º do art. 302" constante no § 3º do art. 291, fundamentando-se no fato de que aquele dispositivo foi revogado pela Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016.

A Emenda de nº 2 renumera o § 2º do art. 302, para § 3º, considerando que a Lei Complementar nº 95, de 1998, veda o reaproveitamento de número de dispositivo revogado (art. 12, inc. III, "c"). Também aumenta a pena inicial cominada no dispositivo de quatro para cinco anos e retira a expressão "capacidade psicomotora alterada".

A Emenda de nº 3 inclui ao projeto alteração no art. 306 do CTB, para estabelecer como crime a direção sob qualquer concentração de álcool ou sob a influência de qualquer substância psicoativa que determine dependência, cabendo ao CONTRAN disciplinar as margens de tolerância quando a infração for apurada por meio de aparelho de medição.

A esta Comissão compete apreciar a constitucionalidade, juridicidade, a técnica legislativa e o mérito das referidas alterações.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme relatado, a esta Comissão Permanente compete apreciar a constitucionalidade, juridicidade, a técnica legislativa e o mérito das emendas apresentadas pelo Senado Federal ao presente projeto.

Em análise sobre eventual inconstitucionalidade, verifica-se não haver nenhum vício nas alterações, uma vez que decorrentes do exercício do disposto no art. 22, XI, da Constituição Federal, exceto quanto à emenda nº 3, conforme verificaremos a seguir.

Quanto à juridicidade, técnica legislativa e mérito, cabe uma análise mais acurada de cada uma das emendas.

No que se refere à emenda nº 1, verificamos que carece de juridicidade e de boa técnica legislativa, visto que ao propor a retirada da expressão “no § 2º do art. 302”, o resultado contraria o propósito inicial da emenda apresentada pelo Senado e cria conflito com o art. 303 e também com o art. 44, inciso I, do Código Penal. Tal situação se configura porque, a despeito de estar aumentando a pena de prisão nos arts. 302 e 303 em que se tenha como agravante o agente estar sob influência de álcool ou de outras substâncias psicoativas, o crime continua culposo. Nesse sentido, cabe lembrar que o Art. 44, inciso I, do Código Penal estabelece que entre as situações que preveem a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direito estão os crimes culposos; assim, se houver a retirada da expressão citada do § 3º ora inserida art. 291 do CTB, conforme aprovado nesta Casa, criaríamos uma situação em que mesmo com o aumento da pena de detenção de 2 a 4 anos para prisão de 5 a 8 anos haveria a possibilidade de substituição da pena de prisão por restritiva de direito. Assim dispõe o citado dispositivo do Código Penal:

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; (grifamos)

Deve-se destacar que, mesmo estando analisando uma norma especial, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), não há como se afastar a aplicação do Código Penal, inclusive este é mencionado no Capítulo XV do CTB, confirmando essa explícita e inalienável relação.

Além disso, no mérito da matéria, em sendo acatada a emenda nº 1, estaríamos diante de uma cruel incongruência, qual seja, a de que no caso de uma lesão culposa de trânsito, conforme art. 303 do CTB, caso a pena seja superior a 4 anos de prisão, não se aplicaria a substituição da pena, mas no caso de um homicídio culposo de trânsito, conforme art. 302 do CTB, que tem, obviamente, uma consequência mais grave, haveria a substituição da pena de prisão por restritiva de direito. Essa não é, certamente, a intenção nem da autora, a nobre deputada Keiko Ota, nem do Senado Federal. Acreditamos que essa emenda acabou sendo inserida por um descuido decorrente do afã de se punir efetivamente os crimes de trânsito. Assim, com esse mesmo intuito, de se punir severamente quem lesiona ou mata no trânsito é que estamos sugerindo o não acatamento da emenda nº 1.

No entanto, apesar da rejeição da emenda nº 1, necessitamos corrigir a referência ao § 2º, substituindo pelo § 3º, eis que o § 2º foi revogado pela Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, sendo que a relação é com o § 3º, por isso iremos propor subemenda de redação à emenda nº 2 para esse fim.

Passando à análise da emenda nº 2, verificamos que ela atende à juridicidade, técnica legislativa e mérito, conforme já avaliado pela Comissão de Viação e Transportes. Ela promove necessária correção no projeto, diante do fato de que o § 2º do art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro, a que o texto original fazia referência, conforme já mencionado, foi revogado pela Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016.

Além desse ajuste técnico, a Emenda nº 2 aumenta a pena mínima, no caso de homicídio culposo cometido por quem está sob influência de álcool ou de outra substância psicoativa, de 4 (quatro) para 5 (cinco) anos, equiparando-o à pena mínima estabelecida para o crime de “participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada”, quando da prática resulta morte (art. 308, § 2º, CTB). Tal medida se mostra adequada diante da proximidade entre o grau de reprovabilidade das condutas, demandando, assim, tratamento similar.

Propomos, todavia, a título de subemenda de redação, apenas para reforçar a juridicidade e a técnica legislativa da emenda, a correção do § 3º do art. 291 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, inserido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 5568, de 2013, substituindo-se, no início do texto, a expressão “§ 2º do art. 302” por “§ 3º do art.

302".

Por fim, a Emenda nº 3 inclui no projeto alteração ao artigo 306 do CTB, de modo que a conduta hoje prevista ("conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência") passe a ser "conduzir veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência". Ainda apregoa, em seu § 2º, que "qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar sujeita o condutor às penalidades previstas no caput". Além disso, aumenta a pena de detenção, que hoje é de seis meses a três anos, para que seja de um a três anos. A finalidade, assim, é tornar crime dirigir veículo automotor sob a influência de qualquer teor de álcool ou de qualquer substância psicoativa que determine dependência, majorando, também, a sanção respectiva.

Tal medida de endurecimento, apesar de pretender propor o aprimoramento da legislação, em atenção aos anseios sociais, que não toleram mais suportar o ônus da perigosa direção sob a influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, acaba, na verdade, por gerar efeito contrário.

A medida, conforme previsto na referida emenda, acaba por criar situações de enfraquecimento da "Lei Seca", visto que dificultaria a fiscalização por parte dos órgãos de trânsito e criaria uma sensação de impunidade maior.

Isto se deve ao fato de que, vigendo os termos propostos na emenda, haverá um aumento considerável de recusa a soprar o etilômetro, especialmente daqueles que não apresentem sinais evidentes do consumo de álcool, já que o condutor saberia que seria enquadrado no crime do art. 306 do CTB; como a recusa tem impactos somente administrativos (art. 165-A – multa e suspensão do direito de dirigir por 12 meses), essa será a opção do condutor.

De outra parte, se o condutor soprar, as operações policiais ficarão comprometidas, reduzindo a abrangência da fiscalização, já que todos terão que ser conduzidos à delegacia, o que retirará as equipes da pista para conduzir o motorista até a Polícia Judiciária para as devidas providências.

Atualmente, menos de 10% das autuações de embriaguez geram a autuação penal; se tiverem que ser conduzidos todos, ainda que não se recusassem a soprar o etilômetro, haverá um aumento de quase 1000 % (mil por cento) de encaminhamentos à Polícia Judiciária.

Como a capacidade de operação não vai aumentar, como consequência, haverá casos em que um condutor com pouco álcool será conduzido à delegacia, onde a

equipe terá que ficar por pelo menos duas horas, período em que poderá passar na via pública um condutor com índices ainda mais elevados que os que geraram a condução à Polícia Judiciária. Esse é o entendimento dos coordenadores das operações "Lei Seca", normalmente policiais militares, de todos os Estados e também da Polícia Rodoviária Federal.

Nesse contexto, entendemos que a emenda nº 3, por gerar efeitos contrários ao pretendidos, ocasionando a impunidade dos infratores, fere os princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade.

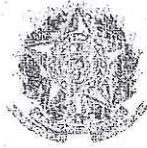
Assim, concordamos com a posição da CVT, em permanecer a diferenciação entre a infração administrativa do art. 165 do CTB, que estabelece tolerância zero para o álcool, e a infração penal do art. 306 do CTB, que estabelece o índice 6 dg (decigramas) de álcool por litro de sangue, considerando que o agravamento trazido da pena para quem lesiona ou mata no trânsito já é suficiente para atender ao proposto pelo autor da matéria.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa da emenda nº 1; pela constitucionalidade, juridicidade e adequação de técnica legislativa da emenda nº 2 do Senado Federal, **com a subemenda de redação**; pela inconstitucionalidade e injuridicidade da emenda nº 3. No mérito, pela aprovação da emenda nº 2 e pela rejeição das Emendas nº 1 e 3 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.568/13, com a subemenda de redação em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado CAPITÃO AUGUSTO
Relator


5160 DELCASSO



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 5.568-B, 2013

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Autora: Deputada Keiko Ota
Relator: Deputado Capitão Augusto

Subemenda de Redação à Emenda nº 2 do Senado Federal ao PL nº 5.568/2013

Dê-se ao § 3º do art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), nos termos do art. 3º do Projeto, e, por consequência, atualize-se a expressão “no §2º do art. 302”, constante da alteração proposta pelo art. 2º do Projeto, por “no §3º do art. 302”, a seguinte redação

“Art. 302.....

§3º Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:
— Penas — reclusão, de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.” (NR)

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2017.

Deputado CAPITÃO AUGUSTO
Relator

Capitão Augusto

FIM DO DOCUMENTO